

Associação entrega Prêmio de Jornalismo Chico Lins

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) entregou, na manhã do dia 25 de janeiro, o Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins. O primeiro lugar coube aos jornalistas Gustavo Werneck, Flávia Ayer, Luiz Ribeiro, Mateus Parreiras e Paola Carvalho, do jornal *Estado de Minas*, com a série de reportagens “Arte sacra na mira dos ladrões”. O segundo lugar ficou com o jornalista Renato Carvalho Fonseca, do jornal *Hoje em Dia*, com a matéria “Vítimas do descaso”, e o terceiro lugar coube a Pedro Rocha Franco, também do *Estado de Minas*, com “Paraíso da sonegação”.



BARBARA PEIXOTO

▲ Jornalistas premiados e membros da Comissão Julgadora

PÁGINA 3

Campanha Brasil contra a Impunidade será lançada em Minas

ALEX LANZA



▲ AMMP, PGJ e CGMP reunidas

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e a Procuradoria-Geral de Justiça se uniram na luta contra a PEC 37, aprovada na Comissão Especial do Congresso no ano passado. Conhecida como PEC da Impunidade, ela restringe o poder de investigação do Ministério Público e outros órgãos como Receita Federal, Banco Central e Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda. Reuniões definiram as datas para a realização dos atos, as entidades a serem convidadas a participar e também a mobilização e divulgação da campanha. A Corregedoria do Ministério Público indicou o assessor Marcelo Milagres participar da organização da campanha no Estado.

PÁGINA 2

Academia de Letras do Ministério Público é criada em Minas

Luiz Sasdelli e Ruth Lies vão assumir conselhos de Corregedores e Ouvidores

PÁGINA 5

PÁGINA 10

Diretoria da AMMP, representantes da PGJ e da Corregedoria se unem na luta contra a PEC 37

O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, a 1ª vice-presidente Shirley Bertão, o assessor especial do procurador-geral adjunto Institucional, Fabrício Ferragini, e a secretária-geral da PGJ, Élida de Freitas Rezende, reuniram-se, no dia 1º de fevereiro, com o corregedor-geral do Ministério Público, Luiz Antônio Sasdelli, para tratar da Campanha Brasil contra a Impunidade - PEC 37.

Esse movimento, liderado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e Conselho Nacional dos Procuradores-gerais (CNPJ), objetiva mobilizar a sociedade contra a aprovação da PEC-37, que restringe o poder de investigação do Ministério Público.

Na reunião, foi requerido ao corregedor-geral que verificasse a possibilidade de inserir na ficha funcional do membro do Ministério Público nota abonadora para aqueles que, no âmbito de suas atribuições, consigam mobilizar a sociedade local para os atos públicos que se realizarão nas comarcas de todo país, provavelmente, na semana do dia 9 a 12 de abril.

Foi sugerido, ainda, que fosse indicado um representante da Corregedoria para participar da organização da Campanha. No ato, foi nomeado o promotor de Justiça Marcelo Milagres, que também participou da reunião.

Finalmente, foi solicitado ao corregedor-geral que levasse ao Conselho Nacional de Corregedores-Gerais a indicação de anotação de nota abonadora para os membros do MP engajados na campanha.

Reunião preparatória

Em 23 de janeiro, na sede da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), o presidente Nedens Ulisses e os 1º e 2º vice-presidentes Shirley Fenzi e João Medeiros reuniram-se com os representantes da PGJ Fabrício Ferragini e Élida de Freitas Rezende, dando início à organização da campanha em âmbito estadual.

Foram discutidas as datas para a realização dos atos, as entidades a serem convidadas a participar e também a mobilização e divulgação da Campanha.



João Medeiros, Shirley Fenzi, Nedens Ulisses, Élida de Freitas e Fabrício Ferragini, na reunião da AMMP

Barbara Peixoto



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Barbara Peixoto
Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

Mobilização se estende por todo o Brasil

O Brasil inteiro está se mobilizando contra a PEC 37 desde o ano passado, quando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) deflagrou o movimento e divulgou a Nota Técnica 02/2012 para sensibilizar os parlamentares sobre o retrocesso que seria a aprovação da emenda. O projeto é do deputado Lourival Mendes, delegado de Polícia, do PTdoB do Maranhão.

Os MPs estaduais, suas associações e outras entidades que são contra a PEC 37 estão lançando campanhas regionais. No Norte do país, em parceria com o Mo-

vimento Dia do Basta, os membros do Ministério Público estão colhendo assinaturas contra a PEC 37 para envio ao Congresso Nacional.

O MP paulista também lançou abaixo-assinado eletrônico (www.change.org/pec37).

Apoios

O movimento nacional tem parceria com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM).

Em reunião conjunta com as entidades representativas do MP, ficou decidido que, iniciado o ano legislativo, seriam realizados atos e audiências públicas, manifestações e abaixo-assinados, no âmbito dos estados.

Foram registrados apoios da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Do exterior, veio da europeia Medel (Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade, com 17 organizações de membros de MPs e da magistratura), que divulgou carta aberta, na qual relata "enorme preocupação" com a matéria.

Conamp e Conselho de Procuradores-Gerais debatem estratégias na campanha nacional

Os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses Vieira, e da Associação Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Ampern), Eudo Leite, se reuniram no dia 28 de janeiro com procuradores-ge-

rais de Justiça de todo o país, durante a reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ), para debater as estratégias contra a PEC da Impunidade, dentre elas a campanha nacional.

A PEC do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) acrescenta um

parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, para estabelecer que a apuração das infrações penais será competência privativa das polícias Federal e Civil, limitando as investigações do MP, da Receita Federal, do Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do Ministério da Fazenda, e do Banco Central.

AMMP entrega Prêmio de Jornalismo Chico Lins

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) entregou, na manhã do dia 25 de janeiro, data em que se completaram 11 anos da morte do promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, o Prêmio de Jornalismo que leva seu nome. O primeiro lugar coube aos jornalistas Gustavo Werneck, Flávia Ayer, Luiz Ribeiro, Mateus Parreiras e Paola Carvalho, do jornal *Estado de Minas*, com a série de reportagens “Arte sacra na mira dos ladrões”, enfocando a atuação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). O prêmio foi entregue pela vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi Bertão.

O prêmio referente ao segundo lugar, do jornalista Renato Carvalho Fonseca, do jornal *Hoje em Dia*, com “Vítimas do descaso”, foi entregue pelo diretor cultural João Medeiros. A matéria aborda o trabalho do MP na área da infância e juventude. O jornalista Pedro Rocha Franco, também do *Estado de Minas*, ganhou o terceiro lugar com a matéria “Paraíso da sonegação”, que trata do papel do Ministério Público no combate à sonegação fiscal. O prêmio foi entregue pela diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais Vilma Tomaz Ribeiro. O primeiro lugar recebeu R\$ 10 mil; o segundo, R\$ 5 mil; e o terceiro, R\$ 2,5 mil.



FOTOS BARBARA PEIXOTO

O objetivo do Prêmio de Jornalismo Chico Lins é valorizar a produção jornalística sobre a atuação do Ministério Público.

▲ Gustavo Werneck, Flávia Ayer, Luiz Ribeiro, Renato Fonseca e Pedro Rocha

Interesse Público

Vilma Tomaz ressaltou o interesse público do Prêmio, ao destacar o trabalho do MP e estimular os órgãos de imprensa. Segundo ela, a premiação é a coroação do trabalho de ambos. Ela sublinhou ainda a importância de Chico Lins na defesa do cidadão, especialmente do consumidor.

O presidente Nedens Ulisses falou da alegria de entregar o Prêmio e da importância do Ministério Público e da imprensa na defesa da cidadania. “Mais do que tudo, o Prêmio é uma homenagem à memória de Chico Lins, tomando emprestado seu nome e reverenciando os profissionais da imprensa que destacam o trabalho do MP”.

O jornalista Gustavo Werneck, que falou em nome dos premiados, depois de destacar a brilhante e aguerrida batalha de Chico Lins na defesa do consumidor mineiro à frente das investigações do combustível

adulterado, falou dos dez anos da luta pelo resgate das peças sacras em Minas e também do estímulo que o Prêmio dá aos jornalistas a continuarem de olhos abertos seja na guarda da história, na defesa da infância e juventude, contra a sonegação ou em qualquer outra área de trabalho do MP.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG, Mário Werneck, depois de elogiar a pertinência do Prêmio, falou do seu repúdio à PEC 37, que restringe o poder de investigação do MP, e do risco que o País corre com sua aprovação.

Para o procurador de Justiça Paulo Calmon, não existe homenagem mais compatível com a memória de Chico Lins do que o Prêmio. “O valor à verdade, a caneta como instrumento de trabalho e a investigação unem o MP e a imprensa”, destacou.

A conselheira municipal dos Direitos da Infância e Juventude Regi-

na Mendes também falou da importância do Prêmio, que, ao destacar o trabalho do Ministério Público, reafirma a sua importância para a sociedade. O auditor da Receita Estadual Antônio Freitas, que atua junto ao Caet, depois de parabenizar a AMMP pela criação do Prêmio, ressaltou a importância da imprensa, que leva a conhecimento da sociedade o trabalho oriundo da parceria MP/Fisco.

Presenças

Estiveram também presentes à solenidade o procurador-geral de Justiça adjunto jurídico, Waldemar Antônio de Arimatéia; o subcorregedor-geral do Ministério Público, Edson Firmino de Paula; o coordenador do Procon-MG, Jackson Rafael Campomizzi; o coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, Marcos Paulo de Souza Miranda; a coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Minas Gerais (CAO-IJ), Andréa Carelli, promotores, procuradores e servidores do MP.



▲ Vilma Tomaz ressaltou o interesse público do Prêmio



▲ Mário Werneck, pertinência do Prêmio e repúdio à PEC 37



▲ Paulo Calmon: “não existe homenagem mais compatível com a memória de Chico Lins



▲ Gustavo Werneck falou em nome dos premiados



▲ Nedens Ulisses: “Mais do que tudo, o Prêmio é uma homenagem à memória de Chico Lins”

Diretoria leva reivindicações ao procurador-geral de Justiça

Foto: PGJ



O procurador-geral Carlos André e a diretoria da AMMP discutiram temas de interesse dos membros do MP

A diretoria da AMMP reuniu-se na tarde do dia 10 de janeiro com o novo procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt. Na ocasião, reafirmando sua disposição de trabalhar em parceria com a PGJ para o fortalecimento do Ministério Público e promoção dos direitos de seus membros, manifestou a necessidade de atendimento aos pleitos já encaminhados à chefia da Instituição, relativos ao pagamento dos

créditos atrasados (URV, PAE e ATS), implementação do auxílio-alimentação, inclusive com observância da retroatividade, implantação do auxílio-saúde e elevação do percentual da gratificação adicional de férias.

Foram reivindicadas também a abertura de editais de promoções e a delimitação dos espaços de atuação de outras instituições, notadamente a Defensoria Pública.

Conselho Superior

Discutiu-se ainda a atuação dos procuradores de Justiça junto ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). A AMMP defende a exclusividade dessa atuação, de modo a estimular a participação no órgão colegiado.

A Associação reiterou também a necessidade de tratamento paritário entre membros da ativa, aposentados e pensionistas, no que se refere a todas as vantagens e benefícios pecuniários.

Estudos

O procurador-geral informou ter determinado a realização de estudos referentes aos benefícios pleiteados.

No que concerne à abertura de editais, comprometeu-se o PGJ a manter a classe informada, justificando prazos e necessidade. Com relação à exclusividade para atuação no CSMP, também demonstrou interesse na solução do problema face ao notório desinteresse verificado nas recentes eleições para o órgão.

Sobre as questões envolvendo a delimitação de espaços institucionais, em especial a atuação da Defensoria Pública na área da execução criminal, informou que providências serão adotadas em tratativas junto às chefias das demais instituições interessadas.

Diretores da AMMP visitam presidente da Associação dos Magistrados

Foto: Amagis



Shirley Fenzi, Herbert Carneiro e Nedens Ulisses

O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, acompanhado da primeira vice-presidente Shirley Fenzi Bertão, foi recebido pelo novo presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis), Herbert Carneiro, no dia 22 de janeiro.

Segundo Nedens, o propósito da visita foi cumprimentar o desembargador Herbert por sua posse na Amagis, destacando a importância de dar continuidade à parceria entre as associações, principalmente no

encaminhamento das questões de interesse comum do Ministério Público e da Magistratura.

Herbert Carneiro agradeceu a visita e manifestou sua satisfação em receber os representantes da AMMP. Reiterou ainda seu apreço pela instituição e respeito pelo presidente Nedens Ulisses, reafirmando a importância da parceria entre as associações para a boa qualidade dos serviços prestados por magistrados e membros do Ministério Público.

Academia de Letras do Ministério Público é instalada em Minas

Foi instalada, no dia 14 de dezembro de 2012, a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (Alemp), cujo patrono é o ex-procurador-geral de Justiça Mauro da Silva Gouvêia. A Alemp tem como objetivo congregar os membros MP, a cultura da língua e da literatura nacional. Com mandato de dois anos, sua diretoria é composta pelo presidente, Luiz Carlos Abritta; vice-presidente, Antônio Lopes Neto; secretário-geral, Joaquim Cabral Netto; e tesoureiro, Marcos Paulo de Souza Miranda.

A Alemp vai funcionar na Rua Timbiras, 2.928, e sua sede é denominada Procurador de Justiça Joaquim Cabral, que encarna três gerações dos membros do MP. Essa é a primeira academia de letras dos membros da instituição ministerial no Brasil.

Do Conselho Fiscal, fazem parte Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, Maurício Braga de Mendonça e Maria Odete Souto Pereira. São suplentes: Abelardo Teixeira Nunes, Antônio Aurélio Santos e Luiz Alberto de Almeida Magalhães.

Os patronos das cadeiras serão escolhidos pelos integrantes da Aca-

demia em reunião solene. Esses nomes devem ser personalidades que marcaram as letras e a cultura do Ministério Público.

Para seu pleno funcionamento, estão previstas reuniões ordinárias e extraordinárias, a criação de revista e boletim, além da manutenção e expansão da biblioteca, permuta de publicações e obras de associados com associações congêneres, nacionais e estrangeiras, intercâmbio com associações assemelhadas, nacionais e estrangeiras, cursos, seminários, ciclos de estudos, comemorações cívicas e excursões culturais.

Fundadores

São fundadores da Academia Abelardo Teixeira Nunes, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Antônio Aurélio Santos, Bergson Cardoso Guimarães, Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, Joaquim Cabral Netto, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Marcos Paulo de Souza Miranda, Maurício Braga de Mendonça, Octávio Augusto Martins Lopes, Selma Maria Ribeiro Araújo, Sérgio Parrei-



Arquivo

ras Abritta, Maria Odete Souto Pereira e Sylvio Fausto de Oliveira.

A Academia será composta 40 membros efetivos, residentes em Minas Gerais, dos quais dois terços em Belo Horizonte, regularmente empossados, ocupando cadeiras com patronos definidos. Integram também a Alemp membros-correspondentes, em número ilimitado, integrantes de qualquer MP nacional ou do exterior; eméritos; ex-efetivos; honorários e beneméritos.

A admissão à Academia dependerá de proposta feita por, no mínimo, três acadêmicos-associados efetivos e votação favorável no Plenário.

▲ Joaquim Cabral, Luiz Abritta, Nedens Ulisses e Antônio Lopes

Sasdelli é secretário do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais

O corregedor-geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Luiz Antônio Sasdelli Prudente, é o primeiro secretário do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público. A nova diretoria, eleita para 2013, toma posse no mês de março em Goiânia.

É composta pelos corregedores-gerais do Ministério Público de Goiás, Aylton Flávio Vechi, presidente; do Ministério Público Federal, Eugênio José Guilherme de Aragão, 1º vice-presidente; do Estado de São Paulo, Nelson Gonzaga de Oliveira, 2º vice-presidente; da Paraíba, Alcides Orlando de Moura Jansen, 2º secretário.

O futuro corregedor-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, Márcio Roberto Tenório de

Albuquerque é o diretor de Finanças e a corregedora-geral de Santa Catarina, Gladys Afonso, é diretora de Comunicação.

Ouidores

Também tomarão posse os diretores eleitos do Conselho Nacional dos Ouvidores dos MPs (CNOMP), durante a 16ª reunião ordinária, que se realizará em Fortaleza, nos dias 7 e 8 de março.

Na reunião dos dias 22 e 23 de novembro no Rio de Janeiro, foi eleita a nova diretoria para o exercício do mandato no período 2013/2014. Por aclamação dos 23 ouvidores presentes foram eleitos presidente, José Valdo Silva (MPCE), vice-presidente, Sales



Arquivo

Eurico Melgarejo Freitas (MPRR), secretária, Ruth Lies Scholte Carvalho (MPMG), diretor financeiro e Francisco José Marques (MPSP).

▲ Luiz Antônio Sasdelli Prudente

Tomaz de Aquino se aposenta e lança a quarta edição de *Roteiro do Terceiro Setor*

A despedida do procurador de Justiça Tomaz de Aquino Resende de suas funções à frente do Centro de Apoio Operacional às Alianças Intersetoriais do Ministério Público (CAO-TS) foi realizada no final da tarde de 31 de janeiro, na sede da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Sua aposentadoria foi publicada no dia seguinte.

Na solenidade, autoridades, colegas e lideranças comparti-

lharam um pouco da história de Tomaz de Aquino, lembrando momentos em que ele colaborou e contribuiu para projetos e instituições em Minas Gerais.

A presidente do Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais (Sinibref), Elaine Clemente, entregou uma placa memorial ao procurador, destacando seu valor na luta das instituições por recursos financeiros. As palavras do pre-

sidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Vieira; do procurador-geral adjunto Valdemar Arimatéia; e da professora Sueli Baliza foram coincidentes. Segundo eles, quem se dedica com tanta intensidade à carreira não se aposenta simplesmente. Continuará sendo procurado por todos ao redor para compartilhar seu conhecimento.

De acordo com Tomaz de Aquino, depois de 18 anos coordenando o CAO-TS e 22 anos no Ministério Público, a mesma idade de seu filho mais novo, ele dorme tranquilamente por saber que fez o melhor que podia, deu o melhor de si, utilizando toda a sua capacidade.

Depois da solenidade, durante coquetel, foi lançada a quarta edição do livro *Roteiro do Terceiro Setor*, cujos recursos das vendas serão doados à Fundação Francisco de Assis. O autor reservou seu tempo para autografar os livros

e conversar com os presentes.



▲ Tomaz de Aquino, ao centro, ouve dos colegas e companheiros elogios e agradecimentos



▲ Tomaz de Aquino e dom Serafim Fernandes

Presenças

Dentre outros, estiveram presentes o representante do governador do Estado de Minas Gerais, desembargador Lúcio Urbano; o arcebispo emérito de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo; a presidente da Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (Fundamig), professora Sueli Maria Baliza Dias; a presidente do Centro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), Marisa Seoane Resende; e o diretor da Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado e da Apac de Itaúna, Valdecir Antônio Ferreira.

Ausência de laudos, demora e fotos sem qualidade dificultam a perícia

O direito penal evolui à medida em que evolui o aspecto pericial. Na série americana de ficção CSI – Investigação Criminal, os personagens trabalham com poucas provas testemunhais e se baseiam principalmente nas evidências obtidas com as provas materiais. O exemplo utilizado pelo promotor de Justiça da Comarca de Araguari André Luís Alves de Melo ajuda a entender a perícia, um trabalho que faz toda a diferença na solução de um crime: a perícia.

No município, é preciso lidar com a demora para receber os laudos. Segundo André Luís, outro problema é a baixa qualidade das fotos, impressas em preto e branco, dificultando assim a análise. “Uma imagem vale mais do que mil palavras. Algum detalhe que poderia ajudar a elucidar um crime pode passar despercebido”, comentou. Segundo ele,

a Promotoria enfrenta dificuldades no caso de Andréia Lopes, que confessou ter matado o amante a facadas, por falta de perícias do local e necropsia nos inquéritos policiais.

Além disso, muitos laudos deixam de ser feitos. “A PM não pode acionar a perícia. O militar deve primeiro avisar o delegado. Se a vítima não morre no local do crime, a Polícia Militar classifica a ocorrência como lesão corporal. Os peritos dizem que não foram chamados, a PM informa que avisou. Devido à falta de comunicação, ficamos sem provas,” ressaltou.

Outra situação é a perícia em caso de acidentes, em que a investigação técnica é imprescindível. O perito vai a campo quando há vítimas fatais e analisa todos os elementos que compõem a cena, como placas, marcas de frenagem, destro-

ços do veículo e testemunhas, como no caso das vítimas Luca de Oliveira Silva, em 2012, Rosenilson Mota, em 2011, e Marcelo de Almeida, em 2013. “No homicídio de trânsito, isso acontece principalmente quando a vítima não falece no local,” ressaltou o promotor.

Faltam investimentos

No Brasil, gasta-se mais com presos do que em perícia criminal, destaca André Luís. Dados do Portal da Transparência do Governo de Minas revelam que os gastos da Polícia Civil mineira com investigação e perícia criminal no ano passado foram de R\$ 17,6 milhões - menos de 2% do total das despesas da corporação, que alcançou R\$ 1 bilhão. A quantia empregada nas duas atividades é menor do que o recurso destinado aos presos que ainda estão sob custódia da Polícia Civil nas cadeias públicas, que foi de R\$ 18 milhões. Cerca de 6 mil detentos aguardam transferência para o sistema prisional do Estado.

Promotora mineira ganha o segundo lugar do 5º Congresso Virtual Nacional do MP

A tese “O princípio da identidade física do juiz e peculiaridades de sua aplicação em relação ao Tribunal do Júri”, da promotora de Justiça mineira Luciana Perpétua Corrêa, ficou com o segundo lugar do 5º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público, realizado de 15 de outubro até 15 de dezembro. Luciana Perpétua recebeu R\$ 5 mil, patrocinado pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj) e pelo Centro de Procuradores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Ceprojus).

Luciana Perpétua agradece “o apoio da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e de todos os colegas que contribuíram com a aprovação das teses mineiras e possibilitaram essa premiação, enaltecendo o Ministério Público de Minas Gerais no cenário nacional”.

O vencedor do congresso foi o promotor de Justiça baiano Pablo Antonio Cordeiro de Almeida, com a tese “O caráter “garantista” do princípio da

separação dos poderes: o MP e a implementação de políticas públicas - os influxos da pós-modernidade na atuação e na legitimidade ministerial (maximização da atuação)”, que recebeu R\$ 8 mil do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Cejur) e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Femperj). Paulo Roberto Mello Cunha Junior, do Rio de Janeiro, com a tese “O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a Segurança Pública: uma perspectiva política para o futuro”, ficou em terceiro lugar e recebeu R\$ 3 mil da Caixa de Assistência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Camperj).

A cerimônia de entrega dos prêmios, dos diplomas e dos certificados, respectivamente, das teses e moções aprovadas será em data a ser anunciada brevemente.

As teses podem ser conferidas na íntegra, no site www.congressovirtualnacionalmp.org.br.

Confraternização reúne promotores, servidores e familiares em Juiz de Fora



▲ Associados e familiares prestigiaram o conagraçamento

Promotores, servidores e familiares participaram da festa de Confraternização Anual do Ministério Público de Juiz de Fora e Região no dia 13 de dezembro passado. A celebração foi promovida pela 13ª Seção Regional AMMP no Hotel Green Hill em Juiz de Fora.

Representou a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), o assessor especial José Perdigão. Também participaram do evento o procurador-geral de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt; o procurador de Justiça e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Jarbas Soares Júnior.

Congresso volta a discutir a redução da maioridade penal

A redução da maioridade penal volta a ser debatida pelo Congresso. Antes de ir ao Plenário, o tema será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. São três propostas de emenda à Constituição (PECs) a serem discutidas em conjunto. Se um dos textos for aprovado em duas votações no Senado, será encaminhado à Câmara, onde obedecerá a rito semelhante, até a rejeição ou promulgação como emenda constitucional.

Esse tema foi também debatido pela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de novo Código Penal. No entanto, os especialistas se dividiram sobre a possibilidade de redução do limite atual. Uma parte considera a previsão uma cláusula pétrea da Constituição. Nesse caso, o único caminho para eventual mudança seria por emenda constitucional, o que fugiria às suas atribuições.

Os três textos em análise tratam de maneira diferente e têm nuances específicas sobre os menores infratores. A PEC do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) restringe a redução da maioridade penal - para 16 anos - aos crimes arrolados como inafiançáveis e insuscetíveis de gra-

ça ou anistia: tortura, terrorismo, tráfico de drogas e hediondos (artigo 5º, inciso XLIII da Constituição). Inclui também os casos em que o menor tiver múltipla reincidência na prática de lesão corporal grave ou roubo qualificado.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da matéria, se posicionou pela aprovação, destacando que “a sociedade brasileira não pode mais ficar refém de menores que, sob a proteção da lei, praticam os mais repugnantes crimes”. Para ele, o direito não se presta a proteger esses infratores, “mas apenas os que, por não terem atingido a maturidade, também não conseguem discernir quanto à correção e às consequências de seus atos”.

Mapa mundi

Na proposta do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), quem tem 15 anos também deve ser responsabilizado penalmente na prática de homicídio doloso e roubo se-

guido de morte, tentados ou consumados. Seu projeto, ainda sem relator na CCJ, apresenta exemplos do Mapa Múndi da Maioridade Penal do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unifec), de 2005. Conforme esse documento, nos Estados Unidos, a maioridade varia de 6 a 18 anos, conforme legislação estadual. No México, é de 11 ou 12 anos na maioria dos estados. A América do Sul é a região em que a maioridade é mais tardia: na Argentina e Chile, aos 16 anos. No Brasil, Colômbia e Peru, aos 18.

A terceira PEC em análise é mais ampla. O texto do senador mineiro Clésio Andrade (PMDB) estabelece o limite de 16 anos para qualquer tipo de crime cometido. O senador propõe nova redação para o artigo 228: “A maioridade é atingida aos 16 anos, momento a partir do qual a pessoa é penalmente imputável e capaz de exercer todos os atos da vida civil”.

“A sociedade brasileira não pode mais ficar refém de menores que, sob a proteção da lei, praticam os mais repugnantes crimes”

IDADE	PERCENTAGEM	TEMPO PROPORCIONAL DE MEDIDA
12 anos	33%	3 anos
13 anos	23%	4 anos 4 meses
14 anos	21%	4 anos 8 meses
15 anos	20%	5 anos
16 anos	19%	5 anos 4 meses
17 anos	17,6%	5 anos 8 meses
18 anos	16,7%	6 anos
20 anos	15%	6 anos 8 meses
30 anos	10%	10 anos
40 anos	7,5%	13 anos 4 meses
50 anos	6%	16 anos 8 meses
60 anos	5%	20 anos

OBSERVAÇÃO – Três anos fixos para cada idade significam fração menor na vida de cada um, conforme a 2ª coluna. Mas, se se aplicar a mesma proporção de 1/3 da vida nas outras idades, o resultado será o da 3ª coluna

JustVida. A melhor proteção que você pode oferecer à sua família.

A melhor proteção que você pode oferecer à sua família é um seguro de vida. E para você, que é associado da AMMP, a melhor opção é JustVida. JustVida oferece excelentes coberturas, pode ser feito por associados entre 16 e 80 anos, permite a inclusão de cônjuge e tem um custo feito sob medida para você. Para saber mais, acesse www.justvida.com.br ou ligue para **0800 771 1231**.

GRUPO SEGURADOR

AMMA ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BANCO DO BRASIL Seguros

MAPFRE SEGUROS

Siena CORRETORA DE SEGUROS

just vida

Processos SUSEP Nº10.005288/99-11 (VG) e 10.003136/99-01 (Decessos)

Ministério Público é contra mudança na lei

Para a promotora da 23ª PJ Infância e Juventude, Maria de Lurdes Santa Gema, de Belo Horizonte, a aprovação de uma dessas propostas poderia, de início, dar a sensação de que a questão de enfrentamento da criminalidade estaria resolvida. No entanto, avalia ela, “dentro de pouquíssimo tempo, a sensação será de decepção”. Isso porque, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, os adolescentes seriam responsáveis por cerca de 10% do total de crimes ocorridos no Brasil. Não mais.



BARBARA PEIXOTO

“Devemos entender que o questionamento da violência, suas causas e efeitos, passam também pela responsabilidade social de cada ator da comunidade. No caso do adolescente em conflito com a lei, é mister uma articulação entre o jurídico e o social para a promoção da justiça inclusiva desse público”



Maria de Lurdes Santa Gema, de BH, promotora da 23ª PJ Infância e Juventude

Maria de Lurdes lembra que a lei de crimes hediondos, para muitos seria a solução para os crimes cometidos com requintes de crueldade. A realidade, porém, mostra que a lei não fez reduzir esse tipo de crime nem impediu a sua prática. Para ela, a solução não vem apenas da mudança legislativa. “Já temos uma legislação que, infelizmente, nem sempre é cumprida”, diz. Segundo ela, a mudança passa necessariamente pela implementação de políticas públicas, além de avaliação do sistema de defesa social e do sistema de justiça.

Pesquisa do Instituto DataSenado mostra que 89% dos 1.232 cidadãos entrevistados querem imputar crimes aos adolescentes que os cometerem. Publicado em outubro do ano passado, o levantamento mostra que 35% fixaram 16 anos como idade mínima para que uma pessoa possa ter a mesma condenação de um adulto; 18% apontaram 14 anos e 16% responderam 12 anos. Houve ainda 20% que disseram “qualquer idade”, defendendo que qualquer pessoa, independente da sua idade, deve ser julgada e, se for o caso, condenada como um adulto.

A promotora lembra que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que é a regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal, teve sua origem na manifestação popular. No entanto, apesar dos seus 22 anos, é pouco conhecido ainda. Essa legislação visa à proteção da criança e adolescente, considerando-os em condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

De acordo com Maria de Lurdes, “a prática demonstra que os adolescentes envolvidos em atos infracionais são, em sua maioria, excluídos de seus direitos: à educação; à saúde, ao lazer, a uma vida digna e expos-

tos à violência dentro e fora de casa”. É que as políticas públicas previstas no ECA, em sua maioria, ainda não foram implementadas. “Os defensores da redução da maioridade penal afirmam que três anos para um adolescente é muito pouco, mas eles se esquecem que o Estatuto estabelece que, além da internação, que tem seu prazo máximo fixado em três anos, podem ser aplicadas outras medidas, desde que comprovadamente necessárias e desde que o jovem-adulto não tenha completado 21 anos, quando a liberação é compulsória”, diz.

Maria de Lurdes propõe uma ampla reflexão sobre o que representam esses três anos na vida de um adolescente, a partir do quadro ao lado. Segundo ela, os órgãos de defesa da infância e juventude têm buscado sensibilizar a sociedade a respeito dos equívocos das propostas, promovendo debates, publicando matérias e realizando eventos para debater a questão. O Ministério Público especialmente, informa ela, divulga para toda a sociedade sua posição contrária à medida, pois a maioridade aos 18 anos é cláusula pétrea. O MP é também mediador entre os diversos setores envolvidos na garantia e efetivação dos direitos fundamentais infanto-juvenis previstos na Constituição e no artigo 4º do ECA, completa.

Nos últimos anos, o MP, através de seus órgãos de execução na área da infância e juventude, tem feito propostas de parcerias pela inclusão social, propondo a construção de projetos de intervenção, nos quais cada instituição, a partir de seu compromisso com a infância e juventude, possa oferecer sua contribuição. A proposta inclui a articulação entre os diversos parceiros da rede de atendimento à criança e ao adolescente e setores da socie-

dade-órgãos governamentais, órgãos não governamentais e instituições privadas.

“Devemos entender que o questionamento da violência, suas causas e efeitos, passam também pela responsabilidade social de cada ator da comunidade. No caso do adolescente em conflito com a lei, é mister uma articulação entre o jurídico e o social para a promoção da justiça inclusiva desse público”, sublinha.

Cobrança

A promotora enumera várias formas de se verificar a existência de diagnóstico sobre a matéria, como conhecer as leis do ciclo orçamentário - o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPA), a Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de garantir a efetivação das políticas públicas.

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, por meio do qual o poder executivo estabelece diretrizes, objetivos e metas para os quatro anos de governo. A LDO tem como função a definição de prioridades de ação para o ano seguinte. A LOA é o detalhamento do programa de trabalho do governo para o ano seguinte.

Segundo ela, deve-se ainda verificar a previsão de recursos para mencionadas políticas, acompanhado a execução orçamentária. E, finalmente, caso a política pública não seja implementada, o MP poderá fazer uso dos instrumentos legais, como: Recomendação, Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC,) chegando à proposição de Ação Civil Pública, quando esgotados esses recursos sem o resultado esperado.

Campanha do CNMP quer reduzir homicídios por motivos fúteis

Chega a Minas Gerais a Campanha “Conte até 10. Paz. Essa é a atitude”, idealizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.

São parceiros da iniciativa o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ). A campanha tem como objetivo reduzir os homicídios cometidos por impulso ou motivo fútil, que, conforme o Estado, significam 25% a 80% dos assassinatos com causas identificadas no Brasil, segundo o CNMP.

Em Minas, a campanha é coordenada pela promotora de Justiça Maria Elmira Evangelista, da Promotoria de Defesa da Educação. A campanha, informa a promotora, visa promover profunda reflexão sobre a tolerância em situação de conflito e conscientização para a preservação e valorização da vida. Em 30 anos, houve aumento de 370% nesse tipo de crime, destaca. Do material da campanha, fazem parte vídeos, *spots* e *jingles* com atletas famosos.

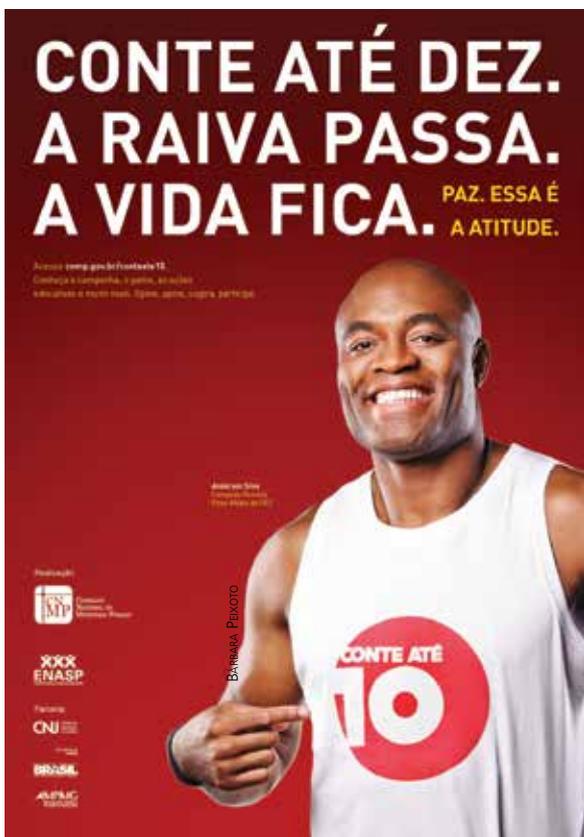
Situações de risco podem acontecer em casa, no trânsito, no trabalho, em bares. Intolerância de gênero, raça, credo, sexo também provocam situações de conflito. Assassinatos por esses motivos podem provocar arrependimento rapidamente e os danos são muito grandes, segundo Maria Elmira. Daí a importância da campanha e da mobilização geral para a cultura da paz e preservação da vida, completa.



Barbara Pixoto

▲ Maria Elmira, coordenadora em Minas

O que se espera da campanha é “combater a impunidade, viabilizando julgamentos, como resposta à sociedade; aumentar as denúncias; inserir a discussão e reflexão nas escolas, introduzindo o tema no currículo; arregimentar parcerias diversas para maior mobilização social, promovendo a cordialidade, o diálogo e o respeito”. Maria Elmira conclama os colegas a levarem para suas comarcas a campanha, envolvendo a Defensoria Pública, o juiz e a comunidade. “Não podemos jamais nos acomodar e aceitarmos a banalização da violência”, conclui.



Barbara Pixoto

Pesquisa identificou situações nos estados

O estudo do CNMP em que se baseou a campanha foi elaborado a partir de dados sobre homicídios remetidos por 15 estados e pelo Distrito Federal. O objetivo é mapear, dentre os assassinatos com causas identificadas, quantos foram cometidos por impulso, em uma ação impensada de quem mata, e/ou por motivo fútil. Como não há, no Brasil, critério uniforme de classificação de homicídios e cada estado adota critérios próprios, não é possível totalizar dados nacionais. No entanto, o estudo identificou, dentre as categorias utilizadas em cada estado, aquelas que normalmente estão associadas à atuação impulsiva do autor do crime.

Foram incluídos na macrocategoria “impulso + motivo fútil” homicídios classificados como briga, ciúme, conflito entre vizinhos, desavença, discussão, violência doméstica, trânsito, passional, consequência de vias de fato etc. Algumas categorias – como vingança e rixa, por exemplo – podem englobar tanto homicídios por impulso quanto os premeditados. O estudo inclui esses crimes na macrocategoria do impulso, já que estão normalmente associados à atuação impulsiva do autor do crime. Não foram considerados os homicídios culposos (sem intenção de matar), os crimes sem classificação nem os classificados em categorias como “ignorado”, “desco-

nhecido”, outras causas.

No Rio de Janeiro, de janeiro de 2011 a setembro de 2012, uma em cada quatro mortes com causa identificada (26,85%) está na macrocategoria “impulso + motivo fútil”. Em Pernambuco, nos crimes com motivação identificada, os assassinatos por impulso ou motivo fútil foram 46,7% das mortes de 2010 e 50,66% em 2011. Rio Grande do Sul tem 43,13% dos assassinatos com causa determinada, em 2011, por impulso ou motivo fútil. Outros estados com grande proporção de mortes incluídas na macrocategoria são Acre (100% em 2011 e 100% em 2012), Santa Catarina (74,46% em 2011 e 82,13% em 2012) e Goiás (63,77% em 2012).

“Como não há, no Brasil, critério uniforme de classificação de homicídios e cada estado adota critérios próprios, não é possível totalizar dados nacionais”

Conflitos agrários é o tema do primeiro *A Voz do Ministério Público* do ano

O procurador de Justiça Afonso Henrique de Miranda Teixeira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários de Minas Gerais e membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, foi o entrevistado da primeira edição de *A Voz do Ministério Público* em 2013. O programa teve sua primeira exibição em 5 de fevereiro pela TV Comunitária de Belo Horizonte (canal 6 NET, canal 13 da OI, www.tvcbh.com.br).

Afonso Henrique fez um histórico da questão agrária no Brasil, falou sobre a função social da propriedade, a atuação dos movimentos sociais e segurança alimentar, destacando o papel pioneiro do Ministério Público de Minas Gerais no enfrentamento dos conflitos no campo.

A Voz do Ministério Público é reprisado pela TV Comunitária de Belo Horizonte às terças e quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às



BARBARA PEIXOTO

8h30; e, aos domingos, às 13 horas. O programa é também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da

manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30. Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – www.ammp.org.br.

▲ Afonso Henrique, segurança alimentar e soberania

ESTANTE

Dano Moral no Direito de Família

Dano Moral no Direito de Família é o mais novo livro do promotor de Justiça aposentado Dimas Messias de Carvalho, professor de Direito de Família e Sucessões na Unifenas, em co-autoria com os juristas Douglas Phillips, de Santa Catarina, e Conrado Paulino, do Rio Grande do Sul. Dimas é atualmente consultor jurídico e advogado em Lavras. A obra saiu pela Editora Del Rey.

TV Justiça

Dimas Messias participou de dois programas jurídicos e gravou cinco aulas, a convite do Supremo Tribunal Federal (STF), que serão transmitidos durante uma semana no final de fevereiro/início de março, na programação da TV Justiça. O programa vai ao ar às 8h e é rerepresentado às 23h30, às quartas, quintas e sextas-feiras. Foi gravado com a participação de alunos de graduação e pós-graduação de universidades de Brasília que lhe fizeram diversas perguntas na área de

Direito de Família, Direito Constitucional e Lei Maria da Penha.

Em seguida, foram gravadas cinco aulas sobre temas relevantes de Direito de Família, com a participação de estudantes de Direito de diversas localidades, sobre modelos de família, regime de bens no casamento e na união estável, divórcio e separação jurídica, correntes doutrinárias e jurisprudenciais sobre a exclusão ou manutenção da separação jurídica no ordenamento brasileiro e as consequências da EC 66/2010 e o direito intertemporal; convivência familiar, guarda da criança e as inovações da Lei Nacional de Adoção, que promoveu modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gravou também o programa Saber Direito Entrevista, respondendo a questões atuais e polêmicas sobre o Direito de Família e sobre a atividade positiva do Judiciário nas decisões contramajoritárias na defesa dos direitos fundamentais das minorias.





Comissão da Verdade faz buscas nos arquivos públicos

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) vai priorizar, neste ano, a pesquisa de documentos. Criada para resgatar a memória do país e recuperar informações sobre casos de violação de direitos humanos patrocinada pelo Estado entre 1946 e 1988, a CNV se concentrou no ano passado em viajar pelo Brasil e arregimentar forças.

Com resultado considerado satisfatório, o grupo vai aprofundar as pesquisas em arquivos públicos e seu objetivo é redigir o relatório final até 2014.

Em 2012, foram organizadas 11 audiências públicas em sete estados (Goiás, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e São Paulo) e no Distrito Federal.

Entre audiências e diligências, o grupo percorreu dez estados. Foram promovidos encontros com secretários de Estado e cinco governadores. A CNV conseguiu coletar mais de 40 depoimentos individuais. Se forem incluídos aqueles prestados nas audiências públicas, o número de relatos e denúncias passa de 100.

Êxito

Para Fontelles, os resultados conseguidos até agora não podiam ser mais satisfatórios, ao promover o resgate da história do Brasil e criar uma rede de defesa da democracia para que não haja outro período de ditadura, seus dois principais objetivos.

A adequada acomodação dos documentos encontrados pelo Estado de Mi-

nas, em julho, no arquivo do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) é um dos resultados importantes do trabalho da Comissão. Em uma das caixas empilhadas na sede do órgão, havia um depoimento da então militante de esquerda Dilma Rousseff, no qual ela revela, com detalhes, a tortura sofrida em Juiz de Fora, com

informações até então desconhecidas.

A pedido de Gilson Dipp, então coordenador da CNV, o governador Antonio Anastasia cuidou da guarda dos arquivos do Estado. Decreto publicado no dia 31 de janeiro determinou a transferência do acervo do Dops, constituído entre os anos de 1964 a 1988, para o Arquivo Público Mineiro.

Rubens Paiva morreu no DOI-Codi

“Está esclarecido, só falta pontuar agora quem foi que matou, o nome da pessoa. Quem matou foi o Estado militar, esse sistema mata, agora alguém deu um tiro, deu socos”

O coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Fonteles, afirmou, no dia 4 de fevereiro, que é possível desmentir a versão oficial e afirmar “categoricamente” que o ex-deputado Rubens Paiva foi morto nos porões do DOI-Codi. Segundo ele, “está esclarecido. Só falta pontuar agora quem foi que matou, o nome da pessoa. Quem matou foi o Estado militar, esse sistema mata, agora alguém deu um tiro, deu socos”. Fonteles observou, no entanto, que não está com a “palavra final”.

Em novembro passado, que a comissão recebeu papéis encontrados na casa do coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molinas Dias, assassinado quando chegava a sua casa, em Porto Alegre. Segundo Fonteles, documento do próprio Exército detalha a passagem de Rubens Paiva no DOI-Codi. “O documento demonstra que no dia 20

ao dia 25 (de janeiro de 1971), o que se passava com o Rubens Paiva. Segundo a versão oficial, teria sido morto dia 22 de janeiro, esses documentos que marcam toda a sua trajetória nos porões do DOI-Codi não fazem nenhum registro à morte dele”, disse o coordenador da comissão.

O informe nº 70 do DOI-Codi explica como o ex-deputado foi levado de casa por agentes do Cisa, órgão de inteligência da Aeronáutica. “Fica claro que, membros do Cisa, que é o serviço de informações da Aeronáutica, prendem

Rubens Paiva e mais duas senhoras, e entregam essas pessoas ao DOI-Codi”, afirmou Fonteles. No caso, as duas senhoras teriam desembarcado no Rio de Janeiro com cartas de exilados políticos no Chile para serem entregues a Rubens Paiva. O informe foi encontrado no Arquivo Nacional, em Brasília.

A Comissão agora deverá tentar localizar os agentes do Cisa, informou o coordenador. “A documentação é muito forte, é prova documental que vem do próprio sistema ditatorial com a tarja de ‘segredo’”, disse.

“A documentação é muito forte, é prova documental que vem do próprio sistema ditatorial com a tarja de ‘segredo’”

Nova coordenação

A partir do dia 15 de fevereiro o ex-ministro Paulo Sérgio Pinheiro assume a coordenação da comissão. Entre os objetivos do grupo estabelecidos em lei estão “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos” entre 1946 e 1988 e “promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior”.



STF anuncia audiências sobre temas a serem julgados neste ano

Três audiências públicas para discutir temas polêmicos que estão na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) serão realizadas neste ano. Entre os temas que já têm data para serem debatidos estão a nova regulamentação da TV por assinatura, o potencial cancerígeno dos campos eletromagnéticos e as normas para a queimada em canaviais.

Os ministros tentam, com essas audiências, buscar embasamento técnico-científico para julgar assuntos controversos. Para participar das reuniões, os interessados devem se inscrever com antecedência no STF.

As discussões sobre as novas regras da TV por assinatura foram convocadas pelo ministro Luiz Fux. A audiência sobre campos eletro-

magnéticos de linhas de transmissão de energia, convocada pelo ministro Dias Toffoli, está marcada para o mês de março.

A questão será julgada pelos ministros em uma ação interposta pela Eletropaulo que questiona a imposição da Justiça de São Paulo que determinou a redução do campo eletromagnético em linhas de transmissão de energia elétrica próximas a dois bairros paulistanos, em razão de alegado potencial cancerígeno da radiação produzida. O encontro discutirá os efeitos da radiação eletromagnética de baixa frequência sobre o meio ambiente e a saúde pública, entre outros fatores.

A discussão sobre as normas para a queimada em canaviais, tam-

bém convocada por Fux, ainda não tem data definida, mas deverá ser ainda neste semestre. O debate abordará controvérsia entre a Constituição do Estado de São Paulo, que libera a queima da palha de cana desde que realizada dentro de padrões de controle ambiental, e uma lei da cidade de Paulínia (SP), onde a prática foi proibida.

Outras convocações

O regimento interno do STF permite a convocação de especialistas da sociedade civil antes de julgamentos. Os ministros já se reuniram em audiências com especialistas antes de votarem sobre a proibição da comercialização do amianto, sobre a lei de biossegurança, o aborto de fetos anencefálicos e a constitucionalidade da lei de cotas, por exemplo.

Os encontros serão transmitidos pelo canal do YouTube do STF.

Sérgio Luiz Kukina toma posse como ministro do STJ

O novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Luiz Kukina, tomou posse em 6 de fevereiro, na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido.

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, e o assessor especial José Silvério Perdigão participaram da solenidade, ao lado da Diretoria da Associação Nacional dos Membros do Minis-

tério Público (Conamp).

Procurador de Justiça do MP do Paraná, atuava na Coordenadoria de Recursos Cíveis do órgão, responsável pelos recursos a tribunais superiores.

Kukina é especialista em Direito Autoral e da Criança e do Adolescente. É mestre em Direito da Universidade Católica do Paraná e professor na Escola do Ministério Público (Fempar) e na Escola da Magistratura (Emap).

Presidentes de seções poderão julgar matérias pacificadas

Os presidentes das Seções especializadas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderão julgar matérias pacificadas em seus respectivos colegiados, antes da distribuição a um relator específico. Cabia privativamente ao presidente do STJ fazer esse juízo. A novidade consta de resolução publicada em 5 de fevereiro.

Outra mudança trazida pela Resolução 5/2013 é que o STJ devolverá ao tribunal de origem recursos contrários a tese repetitiva que não tenham passado por juízo de conformidade pelo colegiado local.

O STJ possui três seções especializadas – em Direito Público, Privado e Penal. A medida visa acelerar o julgamento de processos que envolvem questões jurídicas já decididas pelo Tribunal, mas que continuam a ser seguidamente submetidas à sua apreciação.

Conselhos do MP e de Justiça atualizam regras envolvendo poderes

Os conselhos nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) retomaram suas atividades no dia 5 de fevereiro com reformas em andamento. Os dois órgãos estudam propostas que alteram os respectivos regimentos internos, em questões que envolvem poderes e o reforço do sistema colegiado.

No CNMP, a primeira sessão tratou com exclusividade da reformulação do regimento interno de 2008. As principais alterações permitem que o Conselho atue em investigações administrativas locais envolvendo promotores e procuradores.

A mudança foi motivada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado, que manteve amplo poder de investigação do CNJ. Segundo o presidente da Comissão de Reforma do Regimento do CNMP, conselheiro Tito Amaral, a ampliação de poderes para garantir o patamar alcançado pelo CNJ é possível porque os órgãos são simétricos. As atualizações precisam ser aprovadas em plenário.

No CNJ, o novo regimento interno ainda está sendo articulado por comissão interna formada por quatro conselheiros. Segundo o

presidente da comissão, conselheiro Neves Amorim, o documento consolidado seja apresentado aos demais integrantes em seguida.

A última atualização no regimento interno ocorreu em 2010, sob a presidência do ministro Gilmar Mendes. Os conselheiros agora pretendem dar mais força ao colegiado. A ideia é que o plenário seja consultado antes que certas decisões sejam tomadas pela corregedoria e pela presidência da casa.

O novo regimento também pretende dar mais transparência às informações do CNJ, ampliando o acesso a processos e pautas.

“A ampliação de poderes para garantir o patamar alcançado pelo CNJ é possível porque os órgãos são simétricos”

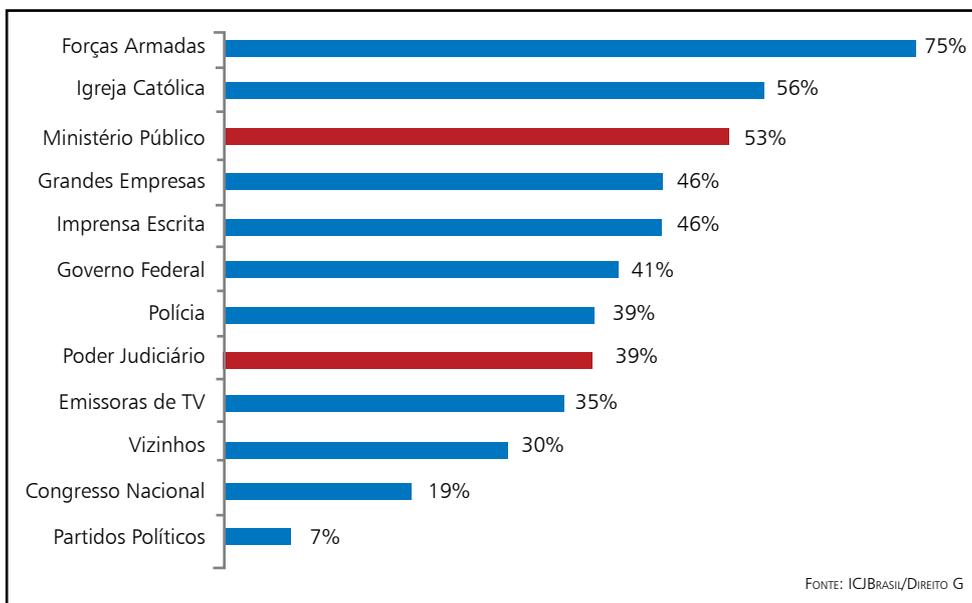


MP é uma das instituições em que o brasileiro mais confia

A pesquisa ICJBrasil - Índice de Confiança na Justiça, da Faculdade de Direito GV, revelou em seu último levantamento que o Ministério Público (MP) está entre as três instituições que têm a maior confiança da sociedade brasileira.

As Forças Armadas mantiveram a liderança, mas sua aprovação atingiu 75% na última pesquisa contra os 66% de 2010. Em seguida, aparece a Igreja Católica, com 56%, e o Ministério Público, com 53%. As grandes empresas (46%), a imprensa

escrita (46%) e o Governo federal (41%) vieram em seguida. A Polícia e o Judiciário têm 39% de menções positivas, seguidos pelas emissoras de TV (35%). A lista é composta pelo Congresso (19%) e partidos políticos, com apenas 7% - índice que já foi de 21%.



Entre os critérios do levantamento qualitativo, os cidadãos são questionados se acreditam que as instituições são capazes de cumprir suas funções de modo satisfatório, se são importantes em suas vidas e se seus benefícios justificam seus custos.

Foram ouvidas pelo ICJ-Brasil 3.300 pessoas em oito estados brasileiros, que respondem por 55% da população: Amazonas (pela primeira vez na amostra), Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Joaquim Barbosa cobra dos tribunais a aplicação da ficha limpa no Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, enviou, no dia 29 de janeiro, ofício aos presidentes dos tribunais brasileiros, cobrando a aplicação da ficha limpa no Judiciário. O ministro encaminhou o documento na condição de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que retomou suas atividades no dia 4 de fevereiro, após o recesso de fim de ano.

A Lei da Ficha Limpa foi sancionada em 2010 com regras mais rígidas para participação de

candidatos na disputa eleitoral. Seguindo a onda de moralização, o CNJ aprovou, em julho do ano passado, uma resolução exigindo ficha limpa para contratação de funcionários comissionados, ocupantes de funções de confiança e terceirizados no Judiciário.

O prazo para prestação de informações venceu em dezembro do ano passado. Vários tribunais que ainda não tinham cumprido todas as exigências pediram mais prazo para tomar as providências. Há necessidade de recadas-

tramento dos comissionados e terceirizados e a exoneração daqueles que não se enquadram nos padrões da resolução.

No despacho, Barbosa concedeu prazo de até 30 dias para que os tribunais se adequem às regras e prestem informações. Também nega pedido de entidades representativas de servidores para que a resolução seja revista.

A Ficha Limpa aprovada pelo CNJ deve ser aplicada em todos os tribunais, com exceção do STF, que não está sob a jurisdição do Conselho.

Barbosa concedeu prazo de até 30 dias para que os tribunais se adequem às regras e prestem informações

Quem tem... tem medo!

Bendita evolução da medicina. Maldita involução da medicina

Bendita a tecnologia em que se vê envolto um paciente, capaz de mostrar o ser humano à direita e às avessas, nas formas sólidas e líquidas, em todas as suas saliências e reentrâncias, em todas as suas conformidades e deformidades, pujança ou debilidade do ser.

Benditas as mãos que cortam a carne do homem buscando a vida, enquanto outras brandem uma faca buscando a morte. Benditos os olhos que propiciam luz à cegueira, enquanto outros olhares se “deliciam” profanando corpos indefesos. Bendito o cérebro que cura cérebro, enquanto outros escangalham com o psiquismo da pessoa ao lhe noticiar a iminência de sua morte.

Benditos aqueles que policiam nossa derrocada psicossomática, quando, num procedimento anestésico, lhes confiamos todos os nossos sentidos e o retorno à consciência, enquanto outros nos roubam o sono, sequestram-nos a paz e infundem-nos o terror ao jogar em nossa cara a presença da morte. E, como se não bastasse, ainda sugerem que optemos, em “sã consciência”, por prolongar a vida em sofrimento ou suspender o tratamento para que, aí sim, morramos psicologicamente nesse vale de ecos e ressonâncias.

Essa dor imensurável não é contemplada com qualquer tipo de remédio. Isso se tivermos consciência sadia, o que é difícil de ocorrer quando nos tiram qualquer fiapo de esperança. Esses médicos não confiam na ciência que abraçaram e que caminha a passos largos para minimizar agruras e prolongar a vida e, porque não dizer, propiciar a a cura.

Nos países onde existe pena

de morte, aquele que é condenado, por mais hediondo que tenha sido seu crime, a condenação imposta não chegou a ponto de extirpar na raiz a esperança de que um recurso modifique a pretensa decisão fatal.

Por que então não manter uma chama, por mais tênue que seja, em quem está acometido por uma doença carregada dessa fatalidade? Porque arrebentar com quem já está tão fragilizado? (arrebentado?) E se o desespero desaguar no trágico desiderato da autodestruição psíquica com forte tendência à autodestruição física? Porque chutar quem está no chão? Como fica a consciência médica? Como fica a consciência humana apenas agarrada ao absurdo argumento de que todos vamos morrer (um dia)?

Nos anos 300 do milênio passado, Epicuro já dizia que o medo da morte é irracional, porque é um evento que, quando chega, não mais existimos e, enquanto existimos, ela não existe. Uma coisa é a consciência da morte. Outra é a fúnebre estatística dos meses que nos separam da vida e que nos é esfregada na cara.

E, se do outro lado da mesa, estivesse esse médico ouvindo de seu colega que não há qualquer esperança para ele? Como se sentiria? É evidente que, por ter escolhido (optado por) ser um profissional da medicina, deve conhecer a situação, pois, eu que

não sou, de tanto ouvir a verdade que ninguém quer ouvir, saberei, para meu infortúnio, se chegou minha hora. Mas sou leiga e considero injusto, desumano, cruel não dar esperança, por mínima que seja.

Chegam, no entanto, os partidários da cacetada afirmando que a pessoa tem o direito à verdade para colocar os negócios em dia. Danem-se os negócios. É mais provável que ela os coloque em dia com a cabeça livre da espada de Dâmodos.

Os pseudos machos e as pseudos fêmeas podem até dizer que não temem a morte e blá-blá-blá. Esses têm receio de parecer covardes e assumir o medo, esquecendo-se de que o medo é uma questão mental e a covardia é questão de caráter e que ‘quem tem... tem medo’.

Todo ser humano normal deve repudiar com força a falta de esperança, pois, sem ela, é impossível manter-se a normalidade, principalmente para a opção que pretende o Conselho Federal de Medicina. Afinal, que direito é esse que trucidada, dilacera, rouba com o emprego de CRM – o diploma médico - a única forma de se sobreviver com dignidade: a esperança?

Bendita a medicina humanizada; benditos os médicos humanos!

* PROCURADORA DE JUSTIÇA
APOSENTADA



Arquivo

“Por que então não manter uma chama, por mais tênue que seja, em quem está acometido por uma doença carregada dessa fatalidade?”

“Como fica a consciência humana apenas agarrada ao absurdo argumento de que todos vamos morrer (um dia)?”

“Sou leiga e considero injusto, desumano, cruel não dar esperança, por mínima que seja”

Leontino de Melo Chaves dá nome a espaço esportivo da AMMP

BÁRBARA PEREIRO



▲ A reforma da sala de sinuca integra o novo espaço

O salão de sinuca da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) será reinaugurado no dia 1º de março, às 18 horas. Na ocasião, será homenageado o procurador de Justiça Leontino de Melo Chaves, que dá nome ao renovado espaço. Também será realizado campeonato da modalidade, com jogos nos dias 1º, 2 e 3 de março.

Podem participar associados e dependentes nomeados no Estatuto da AMMP e as pessoas por elas convidadas, desde que maiores de 15 anos.

As partidas obedecerão à tabela a ser elaborada depois do término das inscrições e serão adotadas as regras da Confederação Brasileira de Bilhar e Sinuca (CBBS).

Premiação

Os três melhores classificados serão agraciados com o Troféu Procurador de Justiça Leontino de Melo Chaves.

Circuito do Sol abre o calendário de corridas deste ano

O sol mesmo demorou a dar as caras. Já passavam das 8 horas quando os primeiros raios ultrapassaram as nuvens que cobriam o céu da capital no domingo, dia 13 de janeiro. Mesmo abrindo o calendário, os atletas estavam em plena forma. Sinal positivo de que os cuidados com a saúde são constantes, inclusive durante as várias

festas de fim de ano. Para os atletas da AMMP, o sol ainda tímido contribuiu para o bom resultado, já que a temperatura se manteve amena durante toda a prova.

O Circuito do Sol é disputado em percursos de 5 e 10 km e é uma ótima opção para o início de temporada.

FELIPE JÁVARE



Run, em 2012, foram sucessos de público e organização”.

Tal decisão não interfere em outros eventos da Iguana, como a Golden Four Asics, por exemplo, que já está confirmada em Porto Alegre e Brasília.

Lamenta-se a decisão, pois Belo Horizonte tem grande potencial para eventos esportivos e é carente em provas de médias e grandes distâncias.

BH está fora do Circuito Athenas de 2013

Uma notícia pegou muita gente de surpresa logo no início deste ano. Em 2013, não haverá em Belo Horizonte nenhuma etapa do Circuito Athenas.

Esse circuito é disputado em três etapas. A primeira com percursos de 5 e 10 km. A segunda, com 8 e 16 km. E, por fim, 10 e 21 km.

Segundo a Iguana Sports, responsável pela prova, em 2013 a empresa passará por um processo de renovação e não promoverá eventos próprios fora do eixo SP-RJ. Ainda de acordo com a empresa, os processos internos estão sendo revistos para entender melhor os clientes e reestruturar para expansão nacional novamente. E garantiram: “Trata-se de uma medida temporária, já que os eventos Athenas e W/

Próximos eventos

Os próximos eventos esportivos com a participação da AMMP são:

- 24/02 - Circuito BH Mineirão
- 10/03 - Circuito Adidas - etapa Outono
- 24/03 - Mizuno 10 Miles

FELIPE JÁVARE

